

PEC 6/2024

SINAL e Mosap mantêm mobilização pelo fim da CPSS de aposentados e pensionistas

Articulação no Parlamento já garantiu cerca de 300 pedidos de apensamento da matéria à PEC 555/2006

O SINAL mantém articulações, em parceria com as demais entidades que integram o Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap), em defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2024. A matéria retoma o objetivo da PEC 555/2006 ao estabelecer a extinção gradual da contribuição previdenciária (CPSS) de aposentados e pensionistas do setor público.

A proposta, também conhecida como PEC Social, prevê a redução de 10% ao ano de

contribuição, a partir dos 66 anos de idade para homens e 63 para mulheres, sendo totalmente dispensada quando o titular do direito adquirido atingir 75 anos.

A PEC Social tramita na Câmara dos Deputados, onde vem sendo pauta de um intenso trabalho de interlocução entre representações do Instituto Mosap e lideranças partidárias. A intenção é garantir o apensamento da PEC 6/2024 à

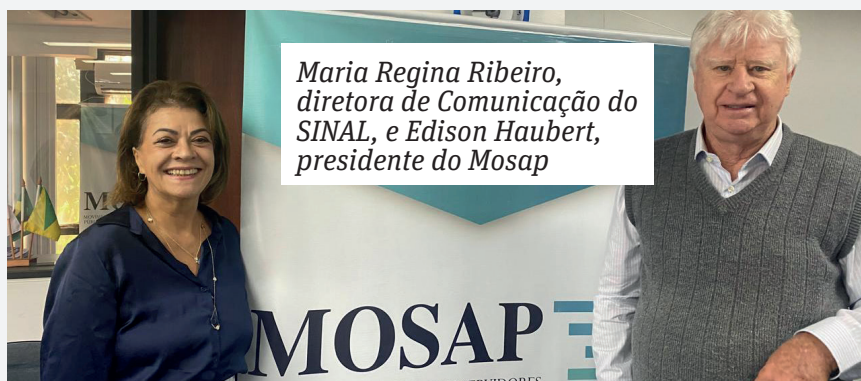
PEC 555/2006, que já se encontra pronta para análise do plenário da Casa. Desta forma, a tramitação seria acelerada.

Até meados de julho, já haviam sido apresentados cerca de 302 requerimentos de apensamento. O objetivo das entidades é obter o maior número possível de pedidos, de modo a pressionar o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos/PB), a quem cabe a chancela ao apensamento. Vale lembrar que, quando do início dos diálogos, o então presidente da Casa, Arthur Lira (PP/AL), havia sugerido a meta de 300 requerimentos para que o tema fosse adiante.

O fim da taxação previdenciária de servidores aposentados e seus pensionistas também consta como item da pauta do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). Além de fortalecer os diálogos no Congresso Nacional, as entidades que integram

A intenção é garantir o apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006, que já se encontra pronta para análise do plenário da Casa. Desta forma, a tramitação seria acelerada.

o Fórum têm cobrado do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), um posicionamento claro do governo em favor da PEC, que representa uma medida de justiça a este segmento do funcionalismo.



Maria Regina Ribeiro,
diretora de Comunicação do
SINAL, e Edison Haubert,
presidente do Mosap

SINAL reforça a atuação em defesa do BC como órgão de Estado

Sindicato promove diálogos com atores estratégicos e denuncia perigos da matéria para o Banco Central e para a economia do país

A defesa do status atual do Banco Central do Brasil como Autarquia Pública é um dos focos da atuação da Diretoria Executiva Nacional (Direx) do Sindicato. Nesse sentido, o SINAL, em linha com a decisão dos servidores da Instituição, mantém, nos diversos âmbitos, o enfrentamento à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal.

“Uma das nossas preocupações é preservar o Banco Central como órgão de Estado e, por conseguinte, suas carreiras”. A afirmação é do presidente do Sindicato, Eptácio Ribeiro, em audiência pública na Câmara dos Deputados. Durante o evento do Grupo de Trabalho (GT) que debate a reforma administrativa no setor público federal, ele enumerou as fragilidades da PEC 65/2023, com ênfase nas repercussões negativas de uma possível transformação do BC em uma entidade de direito privado.

A preocupação foi reafirmada pela Direx, ainda em maio, por ocasião da primeira reunião do atual mandato com o presidente da Autarquia, Gabriel Galípolo. À mesa, os representantes do SINAL lembraram da grande rejeição do corpo funcional (mais de 74%) à PEC, conforme evidenciado na votação eletrônica promovida em 2024, e ressaltaram a importância de maior transparência nas discussões sobre o tema, tendo como ponto fundamental o reconhecimento do Banco Central como órgão que realiza atividades típicas de Estado.

Os prejuízos da matéria, tanto internos - como a piora do clima organizacional - quanto para a economia do país, foram denunciados também por meio de entrevistas e artigos na imprensa. “Com a PEC 65, a função pública e o compromisso com a universalização e gratuidade do Pix estariam em risco, inclu-

sive com a possibilidade de transferência de uma infraestrutura pública estratégica para um consórcio de instituições financeiras privadas. Tal movimento representa um perigo real de captura do interesse público por interesses corporativos”, destacou o presidente do Sindicato em artigo veiculado pelo portal Poder 360 no dia 26 de julho.

No texto, Eptácio Ribeiro ressaltou que, dentre outros retrocessos, a mudança do regime jurídico, “fragiliza a atuação da Autoridade Monetária” e “diminui os mecanismos públicos de controle e fiscalização”, tornando o Banco Central mais vulnerável à influência de interesses privados.

As mídias sociais são outra importante arena de enfrentamento à PEC 65/2023, onde o SINAL tem alertado sobre a importância do BC no dia a dia do cidadão brasileiro e os riscos de um eventual afastamento do órgão dos interesses da sociedade. E você pode reforçar esta mobilização curtindo, comentando e compartilhando os nossos conteúdos com outros colegas de BC, com seus amigos e familiares. Siga-nos no Instagram, no X (antigo Twitter), no Facebook e no Threads por meio do perfil @sinalnacional. Temos conteúdos disponíveis também em nossa página oficial no YouTube (@apitotv).

#PEC65NÃO



Confira composição da Diretoria Executiva Nacional para o biênio 2025/2027

Novos diretores tomaram posse em maio; Direx conta com servidores ativos e aposentados dos cargos de Auditor e Técnico

Tomou posse em maio a Diretoria Executiva Nacional (Direx) responsável pela gestão do SINAL no biênio 2025/2027. O Conselho Nacional (CN) conduziu Eptácio Ribeiro, de Salvador, à Presidência do Sindicato com vistas ao período.

A mais nova composição da Direx inclui servidores ativos e aposentados, contando com ocupantes dos cargos de Auditor e Técnico do Banco Central do Brasil de praças das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste.

As demais pastas da Diretoria Executiva Nacional ficaram assim definidas:

DIRETOR SECRETÁRIO:

Márcio Araújo (Rio de Janeiro)

DIRETORA FINANCEIRA:

Ivonil Guimarães (Curitiba)

DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS E VICE-PRESIDENTE:

Sérgio Belsito (Rio de Janeiro)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO:

Maria Regina Ribeiro (Brasília)

DIRETORA DE RELAÇÕES EXTERNAS:

Edna Velho (Brasília)

DIRETOR DE ESTUDOS TÉCNICOS:

Álvaro Freitas Júnior (Salvador)

DIRETOR DE ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS:

Eduardo Calábria (Recife)



28,86%

Sindicato obtém mais uma vitória no Judiciário

TRF1 reconhece que percentual deve ser incorporado aos salários sem limitações que a Autarquia tentou estabelecer

O SINAL obteve mais uma importante vitória no âmbito do Judiciário na ação referente aos 28,86% (Grupo 106). No último dia 1º de julho, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) disponibilizou o acórdão referente ao julgamento, pela 1ª Turma, dos segundos embargos de declaração do Banco Central do Brasil (BC) no processo de execução, cujo direito foi reconhecido em ação que transitou em julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) ainda em 2005.

Por unanimidade, os desembargadores rejeitaram os referidos embargos de declaração do BC, confirmando que o percentual de 28,86% deve ser incorporado aos salários dos servidores sem as limitações que a Autarquia tentou estabelecer.

Com o entendimento, o Sindicato espera que o Banco Central dê fim às medidas protelatórias e cumpra a decisão da justiça. Na edição do informativo Apito Brasil de 2 de julho, o SINAL reiterou a disposição ao diálogo com a Autarquia, no sentido de garantir que o cumprimen-

to da decisão se dê de maneira rápida e isonômica, fazendo justiça ao corpo funcional da Instituição. Ainda lembrou que os servidores do BC são os únicos que ainda não receberam o reajuste já estendido a todos os servidores públicos federais da administração direta e indireta.

Ofício

Tendo em vista a decisão favorável na ação dos 28,86%, o SINAL encaminhou, em 9 de julho, ofício ao presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Galípolo, solicitando a realização de reunião com a finalidade de discutir e buscar uma possível solução para o assunto.

Live

A assessoria jurídica do SINAL acompanha os trâmites processuais relativos à ação e, após o encerramento do prazo recursal do BC, previsto para o final de agosto, será realizada uma live sobre o tema, com a participação do advogado Dr. Marcos Resende, que trará esclarecimentos jurídicos e informações atualizadas sobre os próximos passos do processo.

AINDA NO JUDICIÁRIO

A ação referente aos 30/30 avos pautou visita do SINAL à 14ª Vara do Trabalho de Brasília em junho. Na oportunidade, o diretor de Assuntos Jurídicos, Sérgio Belsito, acompanhado da assessoria jurídica do Sindicato, foi recebido pelo diretor de Secretaria, Dr. José Roberto dos Santos, assessor da juíza Idália Rosa da Silva.

Os representantes do SINAL defenderam que haja celeridade na liberação dos valores referentes ao Imposto de Renda que se encontram depositados em juízo, aguardando a emissão do respectivo alvará judicial. Conforme lembrou Sérgio Belsito, o pleito se reveste de ainda mais urgência tendo em vista que os beneficiários do processo são pessoas idosas.

O assessor da magistrada se mostrou receptivo e interessado na demanda, e afirmou que se empenhará para dar andamento à demanda dentro dos trâmites legais. Vale lembrar que o processo envolve servidores celetistas do Banco Central do Brasil.

ABONO

O abono de permanência compõe a base de cálculo do adicional de férias e do 13º salário dos servidores públicos. Este é o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão proferida no último dia 17 de junho. O SINAL possui ação coletiva como substituto processual da categoria visando garantir o reconhecimento do direito aos servidores do Banco Central do Brasil (BC).

Para o STJ, a verba possui natureza remuneratória, pois é paga de forma habitual enquanto houver exercício do cargo público, integrando-se, assim, às demais verbas de mesma natureza. Tendo em vista a decisão, o escritório Mota e Advogados Associados, responsável pela ação do Sindicato, se reuniu recentemente com o juiz da causa - que aguarda sentença desde maio de 2024 - e solicitou prioridade no julgamento.

Em 28 de julho, a 7ª vara federal cível da Seção Judiciária do Distrito Federal proferiu sentença favorável ao pleito do Sindicato, da qual o BC ainda pode recorrer.

É importante destacar que a ação tem efeito retroativo a 11 de dezembro de 2018, ou seja, cinco anos antes do ajuizamento. Portanto, os servidores do Banco Central que receberam abono de permanência a partir dessa data terão direito à recomposição dos valores correspondentes ao adicional de férias e ao 13º salário.

Neste momento não há necessidade de nenhuma providência pelos servidores. Caso tenha dúvidas sobre o processo, fale com o nosso departamento jurídico.

TENTATIVAS DE GOLPES SE MULTIPLICAM

As tentativas de golpe têm se multiplicado e se tornado mais sofisticadas nos últimos meses, em especial aquelas envolvendo ações judiciais. Fique atento e, em caso de dúvidas, entre em contato com nosso departamento jurídico pelo telefone **(61) 33228208** ou pelo email juridiconac@sinal.org.br ou ainda com a sua regional do SINAL, por meio dos contatos informados em nosso site oficial (sinal.org.br).

Em uma das mais recentes investidas, criminosos entraram em contato com filiados ao Sindicato comunicando uma suposta ação judicial vitoriosa. O golpista se valia do nome Riedel Resende e Advogados Associados e informava um telefone para retorno que não pertence ao referido escritório. Muitas vezes, as organizações criminosas utilizam números reais de registro de advogados e, até mesmo, o nome de diretores e outras pessoas ligadas ao Sindicato.

É fundamental redobrar a atenção, de modo a evitar transtornos e prejuízos. Não mantenha contato, não forneça informações pessoais, não faça depósitos ou transferências e não clique em links suspeitos recebidos por e-mail, SMS ou WhatsApp.

No site do SINAL há uma seção especial com dicas, notícias e outras informações sobre como se proteger de golpes e vazamento de dados. Acesse sinal.org.br e saiba mais.